

Verbetes Temáticos

Feminismos negros

Angela Figueiredo¹ 

¹ Professora Titular no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, Cachoeira, BA, Brasil.

E-mail: angelafigueiredo@ufrb.edu.br

DOI: [10.17666/ebcs.2026.027](https://doi.org/10.17666/ebcs.2026.027)

PREÂMBULO

Nas últimas décadas, o feminismo negro no Brasil tem experimentado um crescimento notável. Essa expansão se reflete no aumento do número de organizações negras, nas pautas políticas e sociais lideradas por mulheres negras e no volume de pesquisas e publicações sobre o tema. Diversos fatores impulsionaram essa mudança. Entre eles, destacam-se a luta política e as conquistas dos movimentos negros a partir da década de 1980, as políticas sociais implementadas pelo governo petista e, principalmente, a implementação das políticas de ações afirmativas e o crescimento do uso das redes sociais. As duas marchas nacionais das mulheres negras em Brasília, em 2015 e 2025, são exemplos exitosos da mobilização política das mulheres negras. Do ponto de vista do feminismo negro, a produção do conhecimento não se limita à academia. Por isso, defende-se a inseparabilidade entre teoria e prática, reconhecendo a relação dialética entre a mobilização e a agenda política das mulheres negras e as reflexões teóricas que delas emergem. Admitindo, de antemão, que a contribuição do ativismo das mulheres negras no Brasil é muito mais ampla do que este texto poder abordar, assumimos como objetivo explorar as principais questões que estruturam o campo, as agendas e as contribuições teóricas da análise feminista negra. Para dar conta desse desafio, o texto está estruturado em tópicos distribuídos da seguinte forma: um breve histórico do feminismo negro; as perspectivas e algumas questões centrais do feminismo negro: agenda e debate; as interações transnacionais; conceitos e epistemologias feministas negras; desafios e agendas futuras.

SUMÁRIO

1. Breve histórico - Do movimento negro misto ao movimento de mulheres negras
2. Perspectivas e questões centrais do feminismo negro: agenda e debate
3. Interações transnacionais
4. Conceitos, epistemologias e perspectivas feministas negras
5. Desafios e agendas futuras
6. Referências bibliográficas

Aprovado em: 28/08/2026

Editor(a) responsável: Emília Pietrafesa



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS). ANPOCS, 027 - 2026

1. Breve histórico - Do movimento negro misto ao movimento de mulheres negras

Ainda que o projeto de branqueamento implementado pela elite colonial desde o pós-abolição tivesse como propósito eliminar a presença negra no país, de acordo com o último censo de 2022, nós negros somos 55,5% da população brasileira (45,3% de pardos e 10,6% de pretos). Essa presença majoritária é também resultado de uma longa história de resistência, sustentada pela criação de quilombos, irmandades religiosas, redes de solidariedade e inúmeras outras estratégias, individuais e coletivas, por meio das quais a população negra tem assegurado sua existência e permanência no Brasil. Considerando apenas as ações de resistência negra desenvolvidas após a Proclamação da República, Petrônio **Domingues** (2007) considera a existência de três períodos: o primeiro, que vai de 1889 a 1937, em que são destacadas a formação de associações coletivas e agremiações e a imprensa negra, dentre as quais destaca-se Frente Negra Brasileira (FNB); o segundo período, de 1945 a 1964, marcado pela criação da União dos Homens de Cor (UHC), em Porto Alegre, e, em 1944, o Teatro experimental do Negro (TEN); o terceiro, de 1978 a 2000, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU). Acrescento um quarto momento a partir de 2002, após a implementação das ações afirmativas para pessoas negras, indígenas, oriundos de comunidades tradicionais e escolas públicas nas universidades públicas brasileiras. Em todos esses momentos a participação das mulheres negras foi decisiva.

É importante observar desde o início do texto que é necessário descolonizar as referências e citações bibliográficas. Por esse motivo, a primeira vez que o autor ou autora negra é citado(a), colocamos o nome e, em seguida, colocamos o sobrenome em negrito para destacar que se trata de uma contribuição negra. Procedendo de tal modo, pretendemos fazer frente à política de citação que provoca o esquecimento da contribuição intelectual negra e a masculinização das referências bibliográficas.

A formação do MNU foi influenciada pela luta dos direitos civis nos Estados Unidos, pelos movimentos de independência dos países africanos e pela crítica marxista ao capitalismo. No que se refere a formação do movimento contemporâneo de mulheres negras, é consensual o entendimento de que ele emergiu no bojo das lutas feministas e negras, em meados da década de 1970, exatamente após a criação do MNU (Núbia Regina **Moreira**, 2011). A iniciativa pela criação de uma organização própria que refletisse os interesses das mulheres negras foi vista com desconfiança tanto pelo movimento feminista como pelas organizações negras, já que se configurava como uma espécie de traição aos princípios de solidariedade baseado numa única identidade entre os dois grupos.

Jurema **Werneck**, no texto “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas”, publicado em 2010, considera que o movimento de mulheres negras abriga uma identidade política fortemente construída a partir da reivindicação do passado histórico de luta em comum dessas mulheres. Enquanto para Sueli **Carneiro** (2020), as mulheres negras precisam estar voltadas para duas ações imediatas: de um lado, enegrecer o feminismo e, de outro, feminizar o movimento negro.

Segundo Matilde **Ribeiro** (1995), o movimento contemporâneo de mulheres negras teve como ponto de partida a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), ocorrido em 1988, na cidade de Valença, no Rio de Janeiro. A autora destaca outros eventos importantes que contribuíram com a formação do referido movimento a partir de 1985: os Encontros Nacionais Feministas (ENF), bem como os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, em Bertioga, no Brasil (1985); em Taxco, no México (1987); em San Bernardo, no Chile (1990); e em Costa Del Sol, em El Salvador (1993).

De acordo com Luiza **Bairros** (2012), a Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, ocorrida em Durban, em 2001, constituiu um marco importante ao convocar, pela primeira vez, o Estado brasileiro a assumir a responsabilidade pelo enfrentamento do racismo. Além disso, a autora destaca que o protagonismo das mulheres negras resultou do conhecimento prévio de ferramentas e dinâmicas importantes a serem utilizadas na conferência, que outros setores não tinham. Bairros destacou que foi a partir de Durban que ocorreu a afirmação do movimento de mulheres negras em termos de uma identidade, assim como a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

Dentre as organizações elencadas por Schuma Schumacher, em 2006, destaco algumas criadas entre 1986 e 1999: Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, em Santos (SP); Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, no Maranhão, em 1986; Coletivo de Mulheres Negras, em Minas Gerais, em 1986; Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, no Rio Grande do Sul, em 1987; Geledés – Instituto da Mulher Negra, em São Paulo 1988; Comissão de Mulheres Negras de Campinas, em São Paulo, em 1989; Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, em São Paulo, em 1990; Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal, em 1990; Coletivo de Mulheres Negras de Salvador, na Bahia, em 1992; Grupo Oduduwa, no Rio Grande do Sul, em 1992; CRIOULA, no Rio de Janeiro, em 1992; Centro de Documentação Coisa de Mulher (Cedoicom), no Rio de Janeiro, em 1994; Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia, no Piauí, em 1994; Associação Cultural de Mulheres Negras (Acmun), no Rio Grande do Sul, em 1994; Coletivo de Mulheres Negras, em Mato Grosso do Sul, em 1995; Associação de Mulheres Negras Obrin Dudu, no Espírito Santo, em 1995; Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, em São Paulo, em 1997; Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena), no Amapá, em 1999; Grupo de Mulheres Negras Malunga, em Goiás, em 1999; Bamidelê – Organização de Mulheres Negras, na Paraíba, em 2001; Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado, em Goiás, em 2002; Instituto Negras do Ceará, no Ceará, em 2003; Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras, em Pernambuco, em 2003; OMIN – Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito, em Sergipe, em 2003; Minas de Cor, em São Paulo, em 2003; Mulheres de Kêro – Sociedade Lésbica Feminista, em 2004, em São Paulo; Instituto da Mulher Negra (Imune), no Pará, em 2005; Instituto Kuanza, em São Paulo, em 2005; ODARA – Instituto da Mulher Negra, em 2010, em Salvador; A Rede de Mulheres Negras da Bahia (RMNBA), na Bahia, em 2013.

O propósito aqui não é elencar todas as organizações de mulheres negras existentes no Brasil, mas destacar as organizações pioneiras e algumas ações articuladas por um conjunto de movimentos mais recentes, principalmente aquelas voltadas a incentivar a participação de mulheres negras na política institucional e partidária, como o Fórum Nacional Marielle Franco, Salvador, em 2019, e as campanhas articuladas por diversas organizações, como por exemplo:

“Eu Voto em Negras”, em 2020, como parte do projeto “Mulheres Negras e Democracia”. A campanha foi realizada principalmente pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN) e pelo Centro das Mulheres do Cabo (CMC), tendo parceria a rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e Meu Voto será Feminista.

O projeto Enegrecer a Política é uma coalizão criada por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, em 2020, formado pelas organizações Bigu Comunicações, Blogueiras Negras, Coletivo de Mulheres Maria-Maria, Fórum Marielles, Mulheres Negras Decidem, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas e Observatório Feminista do Nordeste. A emergência dessas organizações está relacionada, principalmente, a dois fatos que marcam a virada recente do feminismo negro no Brasil: a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida em 2015; e, infelizmente, o assassinato de Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018.

Muitas mudanças ocorreram desde o I Seminário Nacional das Mulheres Negras em Atibaia (SP), em 1993, até a I Marcha Nacional “Negras em marcha contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”, em 2015, e a segunda, “Marcha das mulheres negras por Reparações e Bem Viver”, em 2025, em Brasília. As mulheres negras denunciaram o projeto político colonial, capitalista, moderno, heteropatriarcal e branco, que supervaloriza a mestiçagem do ponto de vista do discurso, mas que mantém intactas as hierarquias raciais e de gênero desde o período colonial e denunciou a falência do projeto civilizatório que condenou grande parte da população negra à marginalidade e ao encarceramento, devido à exclusão do acesso à educação, saúde, moradia e trabalho, quanto à urgência por reparações históricas em prol do Bem Viver.

Além da ampliação das organizações mencionadas anteriormente, as análises têm destacado as mudanças nos repertórios discursivos e nas estratégias de incidência política, como sugerem Cristiano **Rodrigues** e Viviane **Freitas**, no artigo “Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional”, em 2021. Tal mudança ocorre devido a vários fatores, dentre os quais destacam-se as conquistas dos movimentos negros a partir dos anos de 1980, atreladas às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior número de professoras, professores, alunas e alunos negras/negros adentrassem a universidade. Esse ingresso contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades e para ampliação das pesquisas e publicações sobre as questões das desigualdades raciais, de gênero e sobre o feminismo negro.

Flávia **Rios** e Regimeire **Maciel** (2018) propõem a construção de uma narrativa que destaca três fases que caracterizariam o feminismo negro no Brasil e que coexistem atualmente na esfera pública: *i)* o Movimento de mulheres negras, destacando a organização e a luta contra o racismo e sexismo; *ii)* Negras jovens feministas, caracterizadas pela adoção de novas pautas, linguagens e ocupação de espaços públicos; e *iii)* Feministas interseccionais que articulam as categorias de gênero, raça, classe e outras categorias de opressão.

1.1. Definindo os feminismos negros

O feminismo negro nasce da prática da luta diária pela sobrevivência, portanto, fora dos espaços acadêmicos, pois é fruto da tradição histórica de resistência e de conquistas levadas a cabo pelas mulheres negras aqui e alhures. Como destaco em outro texto (Angela **Figueiredo**, 2023), se definirmos o feminismo negro como uma ação e reflexão protagonizada por mulheres negras em prol da comunidade e não exclusivamente em prol das mulheres, é possível um recuo histórico para incluir as ações das irmandades de mulheres negras, tal como a bicentenária Irmandade da Boa Morte em nossa genealogia feminista negra. A agenda feminista negra é composta por urgências para a maioria da população que vive em condições de exploração do capitalismo globalizado e racializado. Como destacado no artigo que publiquei em 2023, os feminismos negros são um projeto político amplo e dinâmico, resultante de um esforço político, prático e teórico, que considera a realidade vivida pelas mulheres negras cis e trans e a interseccionalidade das categorias de opressão de raça, gênero, classe e sexualidade como um ponto de vista determinante para a reflexão, intervenção e atuação política.

É importante salientar que muitas mulheres negras rejeitavam e algumas ainda rejeitam a identificação como feministas, preferindo se definir como “militantes” e/ou “ativistas”. Essa recusa decorre, em grande medida, da percepção de que o feminismo hegemônico foi historicamente construído a partir das experiências de mulheres brancas de classe média. Em muitos casos, essas mulheres ocupavam posições de privilégio que reproduziam relações de exploração e opressão sobre trabalhadoras domésticas negras. Mais recentemente, algumas passaram a adotar a denominação “mulheristas”, em diálogo com a tradição do *womanism*, formulada por autoras africanas e afro-estadunidenses.

Ainda que os termos “militância” e “ativismo” sejam frequentemente utilizados como sinônimos, Valdecir Nascimento, em sua fala não publicada em 2025, na UFRB, ressalta a importância de distingui-los. Segundo ela, a militância pressupõe uma construção coletiva, sustentada por processos de formação política, organização e compromisso contínuo com um projeto coletivo. O ativismo, por sua vez, pode ser exercido de forma individual, ainda que orientado por objetivos e causas de interesse coletivo.

O paradigma do patriarcado, baseado no entendimento de que a opressão feminina é resultante do poder masculino, estruturado a partir de uma lógica hierárquica de poder, que considera o homem como superior em todos os campos, é universal, é também questionado por muitas mulheres negras, que reconhecem que, sendo sujeitos racializados, os homens negros não gozavam do mesmo poder e de todos os privilégios estruturalmente assegurados aos homens brancos dentro do sistema colonial, patriarcal, racista e capitalista, além de serem alvos preferenciais da violência policial.

Do mesmo modo, a categoria universal da mulher também foi questionada pelo feminismo negro, já que o entendimento de que as lideranças religiosas negras dos terreiros de candomblé não desempenhavam os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, o que levou à conclusão de Ruth Landes sobre o matriarcado no candomblé coexistindo com o patriarcado da sociedade mais abrangente, no livro “A cidade das Mulheres, publicado originalmente em 1947 em inglês e no Brasil em 1967. As representações sobre a suposta fragilidade e dependência das mulheres com relação aos homens também não expressam as experiências das mulheres negras que atuaram como provedoras por meio da comercialização de produtos na rua e na realização de atividades relacionadas ao trabalho doméstico, ainda que mal remunerado.

É muito comum escutarmos depoimentos e narrativas de mulheres negras que destacam como suas mães e outras mulheres da família eram feministas sem sabê-lo, pois consideram que ser feminista era, acima de tudo, ter autonomia. Tal autonomia se expressa na relação com o sistema e, principalmente, na relação com o trabalho, nos terreiros, nas irmandades, no uso do espaço público, nas ações coletivas, na condução de suas vidas e na liderança das comunidades.

Considerando tais perspectivas, poderíamos dizer que se trata de um feminismo de sujeitas racializadas, notadamente negras e indígenas, um feminismo comunitário. Na entrevista concedida a Jade Lobo, em 2022, Elisa Pankararu considera que o termo “feminismo” é de domínio público e que nós o ressignificamos, enquanto Ochy **Curriel**, em 2011, afirma que é preciso ampliar o conceito de feminismo. O feminismo é reelaborado não somente através da crítica ao feminismo hegemônico, que desconsiderou as diferenças raciais, culturais e de classe entre as mulheres, mas, principalmente, por inserir a tríade colonialismo, racismo e sexismo como o eixo articulador da análise da condição de marginalidade e de exclusão das mulheres negras. Desse modo, a compreensão da liderança e do protagonismo das mulheres negras na luta coletiva, principalmente, mas não exclusivamente, contra o poder representado pelo Estado capitalista, racista, heteropatriarcal e branco, é determinante na preservação da vida de toda a comunidade. Trata-se, portanto, de um feminismo comunitário.

Nesse sentido, o fortalecimento da consciência feminista nos últimos anos reflete o acúmulo de conhecimentos sobre as desigualdades raciais e de gênero produzidos tanto na academia quanto em outros espaços. Soma-se a isso a atuação permanente do movimento de mulheres negras, por meio de denúncias, ações de conscientização e mobilização política, articulada às conquistas históricas do feminismo. Esse conjunto de fatores contribuiu para a uma maior conscientização das desigualdades raciais e de gênero, que, associado à expansão das plataformas digitais, favoreceu a consolidação do ciberativismo feminista negro (Dulce **Lima**, 2024).

Essas transformações criaram as condições para a emergência de feminismos negros no plural, constituídos por mulheres negras cis e trans que atuam em diferentes campos profissionais, políticos, artísticos e intelectuais. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o feminismo negro foi historicamente produzido para além da universidade e continua a sê-lo. As mulheres negras encontraram – e seguem encontrando – na música, na poesia, na literatura, nas artes visuais e em outras manifestações culturais formas de expressar suas experiências, elaborar críticas às estruturas de dominação e produzir interpretações sobre a vida social.

Por essa razão, a inclusão do feminismo negro na chamada quarta onda do feminismo, justamente em um contexto no qual o ativismo digital é frequentemente considerado seu principal traço distintivo, mostra-se problemática. Essa classificação tende a prescindir de uma revisão crítica da própria história e da narrativa hegemônica do feminismo, deixando de reconhecer a contribuição das feministas negras e de outras mulheres racializadas nas diferentes fases do movimento.

Tal enquadramento contribui para o apagamento da longa trajetória de luta das mulheres negras por justiça social e igualdade, além de invisibilizar as ações concretas desenvolvidas por muitas delas, que, em diversos contextos, sequer têm acesso às redes digitais. Como processo de autodefinição política e epistemológica, algumas feministas negras têm preferido

denominar o momento atual de “maré negra feminista”. A escolha dessa expressão é carregada de significados: a maré é fonte de sustento para inúmeras mulheres negras marisqueiras e remete, também, ao bairro da Maré, local de nascimento de Marielle Franco, vítima de feminicídio político e transformada em um dos principais símbolos da luta das feministas negras no Brasil.

2. Perspectivas e questões centrais do feminismo negro: agenda e debate

O artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 2020, originalmente publicado em 1983, apresentado por Lélia **Gonzalez** no 4º Encontro Anual da ANPOCS em 1980, é pioneiro ao propor uma análise das categorias de gênero, raça e classe, articulando-as com o projeto de identidade e cultura nacional. Nesse artigo, a autora busca entender a neurose da sociedade nacional, expressa por intermédio de uma relação de dependência e ódio dos brancos com relação aos negros, e denuncia as representações submissas e sexualizadas das mulheres negras, reveladas por meio de três figuras emblemáticas: a mãe-preta, a mulata e a trabalhadora doméstica. Tudo isso contribui para o estabelecimento de regras cotidianas pautadas no desrespeito e na exploração dos corpos, do tempo e da negação do direito à vida das pessoas negras. A autora é eficaz em demonstrar como a intersecção de gênero, raça e classe é vivenciada pelas mulheres negras e qual o papel da violência racial, sexual e colonial na formação da mestiçagem, tão importante na construção do Estado-Nação. Embora Lélia Gonzalez tenha oferecido importantes contribuições para a reflexão sobre a intersecção das categorias de opressão de gênero, raça e classe, durante muitos anos a sua crítica não foi incorporada às reflexões feministas desenvolvidas no Brasil. De fato, tal incorporação resultou do interesse político e acadêmico das professoras e pesquisadoras negras, sendo ampliado a partir de 2002, devido à implementação da política de ações afirmativas nas universidades públicas.

Luiza Bairos, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro articularam análises alternativas às interpretações hegemônicas sobre a sociedade brasileira, colocando as mulheres negras no centro de suas análises, destacando que a exclusão e a marginalização econômica da população negra estava atrelada aos processos resultantes da escravidão, da violência colonial e do racismo, em um contexto em que a teoria social era dominada majoritariamente por uma perspectiva colonial que reiterava a interpretação dos homens brancos. Sueli Carneiro articulou a denúncia sobre a violência sexual que caracterizou a mestiçagem, desestabilizando, assim, o mito fundador da nação brasileira. Nesse sentido, o feminismo negro apresenta, desde os seus primórdios, contribuições significativas para a teoria social brasileira, como deveria ser chamado o campo de reflexão teórica sobre o Brasil, mas que tem sido definido como pensamento social brasileiro.

Raewyn Connell, no texto “A Iminente revolução na teoria”, de 2012, afirma que o que entendemos como teoria é, de fato, o conhecimento produzido no Norte Global. Concordando com essa afirmação, uma vez que, no Brasil, as interpretações e conceitos oriundos do Norte Global são definidos como teoria, enquanto aquilo que produzimos costuma ser denominado

pensamento. É nesse sentido que reflexões, interpretações e teorizações produzidas à margem são frequentemente nomeadas como: pensamento feminista negro, pensamento decolonial, pensamento transfeminista e pensamento social brasileiro.

A seguir, elenco alguns temas presentes na agenda feminista negra sem a pretensão de esgotá-lo, visto que a agenda feminista negra é bastante ampla, algumas vezes apresentando particularidades que refletem as diferenças e dinâmicas regionais. Antes, trata-se de sistematizar temas e problemáticas que têm sido recorrentes na pesquisa feminista negra. Há, contudo, um limite de referências bibliográficas que podem ser citadas neste texto, por esse motivo, infelizmente, muitos artigos, dissertações, teses e livros importantes sobre os temas ficaram de fora.

2.1. Trabalho doméstico

O feminismo negro brasileiro, desde os seus primórdios, tem destacado o trabalho doméstico, majoritariamente exercido por mulheres negras, como um exemplo contundente da continuidade histórica entre a escravidão e a modernidade, não somente pela violência ainda existente em algumas relações, mas também pela baixa remuneração e pelo desrespeito às leis trabalhistas. As trabalhadoras domésticas só acessaram todos os direitos assegurados a outras categorias profissionais em 2013. De acordo com os últimos dados Ministério do Trabalho, o Brasil conta com cerca de 5,6 milhões de trabalhadoras domésticas, dentre as quais 68% são mulheres negras e apenas 25% têm registro formal de trabalho. O livro organizado por Natalia Mori et al. (2011) trata dessa e de outras questões relacionadas ao trabalho doméstico.

Ainda assim, em 2026, somos constantemente impactados por notícias sobre trabalhadoras domésticas negras resgatadas após muitos anos de trabalho análogos a escravidão, ou seja, privação de liberdade, sem remuneração, sem dignidade, sem direito a férias e sem direito a vida pessoal e privada.

O eufemismo contido na expressão análogo a escravidão também revela a nossa incapacidade de romper com a estrutura cronológica do tempo linear constituído pelo passado, presente e futuro. Da perspectiva crítica negra radical, a continuidade do racismo e da exploração de pessoas negras na modernidade conecta, de forma muito direta, o passado e o presente. É o caso das contribuições contidas nas reflexões de Jota **Mombaça**, em 2020, sobre uma situação cotidiana em que é chamada de bicha, negra e gorda, e rotulada como um monstro - um corpo abjeto. Essa cena, vivenciada repetidamente em seu dia a dia, remete-a ao passado, ao período da escravização e ao seu vocabulário. É assim que, para as pessoas negras, o tempo não é linear: presente e passado são vivenciados simultaneamente.

2.2. Educação

Garantir o acesso à educação e combater o analfabetismo sempre fez parte da pauta política dos movimentos negros, estando presente nas demandas da Frente Negra, do TEN, do MNU e nas organizações de mulheres negras. O trabalho pioneiro de Ana Célia da Silva, “A Discriminação do Negro no Livro Didático”, de 1995, em que aborda a questão dos estereótipos raciais nos livros didáticos, é uma contribuição importante entre as ações e reflexões

encampadas por ativistas e intelectuais negras. Do mesmo modo, foi significativa a participação de pesquisadoras e ativistas negras na luta pela implementação das ações afirmativas, entre as quais se destacam Luíza Bairros, Matilde Ribeiro e Petronília Gonçalves Silva. Nilma Lino **Gomes**, no livro “Movimento negro, movimento educador”, publicado em 2017, reconhece esse compromisso histórico e destaca as contribuições dos movimentos negros para a educação. Há uma ampla bibliografia sobre educação no Brasil, anterior e posterior à implementação da política de ações afirmativas.

2.3. Saúde

Entre os anos 1980 e 1990, o enfrentamento das mulheres negras da área da saúde foi decisivo para a elaboração da denúncia e para o enfrentamento da esterilização em massa, considerando que as laqueaduras de trompas e a retirada do útero eram impostas de maneira abusiva às mulheres negras e pobres, muitas vezes sem o consentimento delas. Nesse sentido, vale destacar as contribuições de Denize Ribeiro, Damiana Pereira de Miranda, Edna Roland e Jurema Werneck. Na ocasião, essa prática era denunciada como expressão de políticas eugenistas e de extermínio da população negra. Esse enfrentamento foi decisivo na luta pelos direitos reprodutivos no Brasil.

Outros temas relacionados à saúde foram incluídos na agenda feminista negra, tais como o direito ao aborto, a denúncia do racismo nas práticas médicas e ginecológicas e a violência obstétrica (Emanuelle **Góes**, 2018). A pauta da saúde tem sido importante para o feminismo negro e foi graças a atuação das mulheres negras que se constituiu o campo de Política de Saúde Integral da População Negra.

Ainda assim, a questão do acesso à saúde tem sido uma pauta importante dentre as demandas das lésbicas negras, como apontado por Nessesete **Falu**, no livro “Carne Des/vista: Ginecologia e autovalorização negra queer em Salvador”, publicado em 2026, em que aborda como os marcadores de gênero, raça e sexualidade se interseccionam para tornar as consultas ginecológicas experiências traumáticas para corpos e carnes de lésbicas negras que desafiam o imaginário social heteronormativo e branco.

2.4. Religião

Embora a literatura sobre religiosidade afro-brasileira tenha reconhecido a importância das lideranças femininas negras no candomblé, chegando a destacar o matriarcado negro em alguns casos, a influência marxista no movimento negro e de mulheres negras fez com que o tema da religiosidade negra, crucial para o fortalecimento da identidade, da resistência cultural e de formas de atuação política não colonizada, não fosse incorporado inicialmente à atuação e reflexão política feminista negra. Posteriormente, os arquétipos femininos de Oxum e Iansã passaram a ser vistos como emblemáticos para repensar a experiência das mulheres, de maneira diferente da concepção binária e opositiva aos homens, construída pela cultura ocidental, e para explorar outras formas de ser mulher e de exercer a maternidade.

Há uma mudança de paradigma nos últimos anos, uma vez que as religiões de matriz africana, notadamente o candomblé, tem sido interpretado como um espaço de resistência ao

colonialismo e à lógica social dominante, já que propõe uma cosmopercepção do mundo conectada a valores ancestrais.

2.5. Interseccionalidade: gênero, raça e sexualidade

É contundente a crítica feminista negra à criação de personagens negras na literatura brasileira, pois essas são consideradas hiper sexuais, promíscuas, insaciáveis sexualmente e destituídas de inteligência e de outras habilidades. Talvez, por esse motivo, nos anos 1980, o silêncio sobre a sexualidade fosse uma forma de atuação política.

Há um paradoxo na construção dos estereótipos das mulheres negras no imaginário social brasileiro: por um lado, são consideradas sedutoras e hipersexuais, argumentos construídos para justificar a violência sexual e o estupro; por outro, são consideradas agressivas e hostis. Se as mulheres negras heterossexuais não correspondem aos padrões de feminilidade, sensibilidade e doçura estabelecidos pela sociedade, as lésbicas negras radicalizam essa não correspondência ao serem consideradas muito mais agressivas e violentas. O artigo “Lésbicas negras em movimento”, de Nadia Cristina Nogueira, publicado em 2021, recupera a história de luta e as conquistas dos movimentos lésbicos negros no Brasil.

Desde o início, é significativa a participação de mulheres negras lésbicas no movimento, ainda que a prioridade da luta contra o racismo tenha ocultado muitas de suas demandas. Nesse sentido, a inclusão da sexualidade como parte constitutiva da subjetividade e das experiências humanas começa tardiamente, infelizmente só sendo incluída mais centralmente no que se convencionou chamar de terceira fase do feminismo negro ou feminismo negro interseccional. A pesquisa de Ariana Mara **Silva** (2017) sobre lésbicas negras resgata as trajetórias de quatro mulheres lésbicas atuantes no movimento de mulheres, desde os anos 1970 - Heliana Hemetério, de Curitiba (PR), Neusa das Dores e Rosangela Castro, do Rio de Janeiro (RJ), e Soraya Menezes, de Belo Horizonte (MG) -, e aborda a questão da intersecção da entre raça, gênero e sexualidade na configuração da identidade.

As traduções dos textos e livros de Audre Lorde têm contribuído para as abordagens sobre gênero e sexualidade do ponto de vista lésbico. Algumas autoras ampliaram o escopo, incluindo questões relacionadas à discriminação, aos direitos, à organização política autônoma e à produção do conhecimento das mulheres negras lésbicas (Tania **Saunders**, 2017; Elaine **Sousa** e Angela Figueiredo, 2023).

Soma-se a isso, a contribuição de feministas trans. Destaco, nesse sentido, Megg Rayara G. de **Oliveira** e Jaqueline G. de **Jesus**, que são fundamentais para expandir a reflexão sobre a diversidade existente dentre as mulheres negras e radicalizar o conceito de interseccionalidade, pressionando para que a teoria reflita também sobre a cisnormatividade como eixo de opressão. Nessa direção é importante sublinhar a colaboração da pesquisadora Silvana Nascimento, no artigo “Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas”, publicado em 2022. Todas essas contribuições tensionam e ampliam o escopo e as abordagens feminista negra no Brasil.

Se o trabalho doméstico tem sido uma das principais portas de acesso ao mercado de trabalho para mulheres negras cis com baixa escolaridade ou sem escolarização, o trabalho sexual realizado nas ruas tem se constituído como uma das formas de inserção econômica de

mulheres travestis e transexuais, como aponta Jaqueline G. de Jesus, no livro “Transfeminismos: teorias e práticas”, de 2014.

2.6. Racismo, cabelo e boa aparência

Como destacado por Frantz **Fanon**, no livro “Pele Negra, Máscara Branca”, publicado originalmente em 1952, quando nos olhamos no espelho ou na margem do rio, o que vemos não é exatamente a imagem do que somos, mas o reflexo do que o racismo construiu sobre nós, como não humanos. Uma imagem refletida daquilo que nos falta, da nossa incompletude. É desse modo que o tema da beleza, do cabelo crespo e de outros fenótipos negros tem sido tão importante, exatamente porque esses elementos têm sido utilizados desde o período colonial para classificar, hierarquizar e desumanizar.

No Brasil, a exigência do critério da “boa aparência” para obtenção de empregos tem sido usada como um eufemismo para esconder o racismo no mercado de trabalho. Por isso, o debate sobre a humanização dos corpos negros, beleza, cabelo crespo e racismo tem sido central para a subjetividade, fortalecimento da identidade e luta política. Desde a pesquisa pioneira de Angela Figueiredo, realizada em 1994 e publicada em 2016, no livro “Beleza negra: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras”, passando pelo trabalho emblemático de Nilma Lino **Gomes** (2006), “Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra”, pelas Marchas do Empoderamento Crespo e pelos estudos mais recentes sobre transição capilar, o tema tem ganhado destaque nas redes sociais, nos discursos e na atuação política da juventude negra (Daílza **Araújo**, 2017).

2.7. Violência contra as mulheres

É impossível não mencionar, ainda que brevemente, a questão da violência contra as mulheres e do feminicídio, já que esses fenômenos assumem proporções epidêmicas no Brasil. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026, o Brasil registrou 1.571 casos de feminicídio em 2025, crescimento de 4,7% com relação ao ano anterior. Sabemos, contudo, que para cada feminicídio consumado, existem inúmeros casos de ameaça, assédio e violências psicológica, patrimonial e física não registrados. O número de medidas protetivas de urgência concedidas ultrapassou 621 mil, mas o descumprimento dessas ordens judiciais aumentou 17%.

No Brasil, a violência de gênero está intrinsecamente ligada ao racismo. Os dados revelam que, dentre as mulheres vítimas de feminicídio, 68% são negras. As análises têm destacado a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, e feito um esforço para reconceituar o fenômeno. É desse modo que jovens pesquisadoras têm elaborado novos conceitos, tais como: negricídio, de Ana Vitória Silva e Elaine Nascimento, no artigo “‘Negricídio’: o feminicídio da mulher negra”, publicado em 2021; femirracídio, de Érica Taíse dos **Santos**, na dissertação de mestrado intitulada “Morte de Mulheres negras: uma análise interseccional do crime de feminicídio”, em 2021; e negrefeminicídio, de Alícia Scordamia de Carvalho, no trabalho “Negrefeminicídio: O feminicídio de mulheres negras no estado de São Paulo”, de 2024.

Do mesmo modo, tem sido intensa a mobilização política das mulheres negras para pressionar o estado e a sociedade para que crimes de ódio contra as mulheres não sejam

banalizados dentro da lógica heteropatriarcal e capitalista. Os movimentos de mulheres negras têm sido atuantes nesses casos. Entretanto, é impossível acompanhar todos os casos de violência e de feminicídio no Brasil, visto que só no primeiro semestre de 2026 foram registrados 741 casos. A justiça precisa ser feita através da aplicação das leis sem que as mulheres negras precisem deixar suas casas, trabalhos, estudos etc. para assegurar que a lei contra o feminicídio seja cumprida. Assim como as mulheres negras têm pressionado a esquerda a se comprometer efetivamente com os princípios de justiça social que deveriam orientá-la, também têm sido obrigadas a pressionar as instituições do sistema de justiça para garantir a aplicação das leis e a responsabilização dos agressores.

2.8. Representação política

No Brasil, o racismo e o sexismo ainda são expressivos na Política. Por esse motivo, a demanda por mais mulheres negras na política e nos espaços de poder tem ganhado força nos discursos e nas práticas sociais nos últimos anos, já que sabemos que o país mantém o racismo e o sexismo intactos nas dinâmicas eleitorais, com a contribuição das mulheres negras, frequentemente reduzida ao papel de cabos eleitorais. Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil, tendo sido eleita em 1934 para deputada estadual em Santa Catarina. Posteriormente, Benedita da Silva e Lélia Gonzalez se candidataram em 1982, com Benedita sendo eleita vereadora e Lélia ficando como suplente de deputada federal. A candidatura de mulheres negras desafia o imaginário social de que elas estão destinadas a exercer apenas serviços subalternos.

Como mencionado anteriormente, dois fatores contribuíram significativamente para ampliar a luta pela representação política das mulheres negras: a marcha das mulheres negras e, infelizmente, o assassinato de Marielle Franco em 2018. A mobilização das mulheres negras durante oito anos foi crucial para impedir que o caso fosse silenciado e para pressionar pelo julgamento e pela condenação dos responsáveis.

No entanto, a luta pela participação de mais mulheres negras na política enfrenta barreiras estruturais, como o racismo, o machismo da sociedade e dos partidos políticos e a desigualdade de recursos financeiros nas disputas eleitorais. Mesmo com a existência de cotas na política, as candidaturas femininas frequentemente servem apenas como “laranjas”, acionadas e manipuladas para cumprir as exigências legais em vez de receberem investimento político e financeiro genuíno para que possam ter sucesso.

Além disso, há o reconhecimento da violência psicológica, moral e física que caracteriza as experiências das mulheres negras na política. O limite extremo dessa violência é o que Renata **Souza** definiu como feminicídio político imediatamente após o assassinato de Marielle.

Por fim, destaco a crise climática e o racismo ambiental, que têm se constituído como temas urgentes para os movimentos sociais que lutam por justiça social e climática.

3. Interações transnacionais

No artigo “Por um feminismo latino-americano”, Lélia Gonzalez demonstra as articulações no movimento feminista latino-americano. Ela denuncia o racismo por omissão das

organizações feministas da América Latina, mas reconhece as contribuições feministas no debate sobre sexualidade, homossexualidade e direitos reprodutivos. Um bom exemplo disso é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho e criado em 1992, na República Dominicana, para expor o racismo e o machismo, além de valorizar a força e a história das mulheres. No Brasil, o dia também homenageia a líder quilombola Tereza de Benguela.

Essas iniciativas evidenciam os diálogos feministas já existentes na América Latina. Do ponto de vista dos diálogos com os Estados Unidos, deve-se destacar que a primeira visita de Angela Davis ao Brasil, em 1997, a convite de Dulce Pereira, então presidente da Fundação Palmares, ocorreu por ocasião de sua participação na I Jornada Cultural Lélia Gonzalez, organizada pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza, em que fez a comunicação “As mulheres negras na construção de uma nova utopia” e participou de uma atividade em Brasília, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Luíza Bairros (1995) já mantinha uma relação com os Estados Unidos quando nos apresentou as contribuições de Patrícia Hill Collins no Brasil, em seu artigo “Nossos feminismos revisitados”. No entanto, foi principalmente com o lançamento da tradução do livro de Angela Davis (1981/2016), “Mulher, raça e classe”, originalmente publicado em 1981, e as inúmeras traduções de contribuições afro-estadunidenses, que a utilização de conceitos e abordagens teóricas entre feministas negras dos dois países se intensificou.

Historicamente houve uma circulação das lideranças feministas negras na América Latina e nos Estados Unidos, que tem se intensificado nos últimos anos em função do aumento de mulheres negras nas universidades e nos programas de pós-graduação. Outras iniciativas têm ocorrido no estabelecimento de diálogos entre a universidade e as organizações sociais. Esse é o caso do Festival Latinidade, que iniciou suas ações em 2008, em Brasília, e da Escola Internacional Feminista Negra Decolonial, iniciada em 2017, na cidade de Cachoeira (BA). A escola tem como propósito o estabelecimento de diálogos entre ativistas, pesquisadores e a comunidade com vista a construção de uma agenda feminista negra que ultrapasse as fronteiras nacionais, já que o colonialismo, o racismo e o sexismo marcam as nossas histórias.

Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, é importante destacar a dissertação de Raquel Barreto, “Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez”, de 2005, publicada posteriormente em 2022. Muitas outras têm sido desenvolvidas como argumentado anteriormente.

Há uma contribuição brasileira para a ampliação dos conceitos de interseccionalidade, matriz de opressão, teoria do ponto de vista, *outsider within*, traduzido como “forasteiro de dentro”, e de “imagem de controle”. Os livros de Djamila **Ribeiro** (2017), “Lugar de Fala”, e de Carla **Akotirene** (2019), “Interseccionalidade”, contribuíram para a popularização das abordagens feministas negras no Brasil. O livro de Winnie **Bueno**, “Imagens de controle”, publicado em 2020, é um bom exemplo sobre como as mulheres negras têm confrontado tais posicionamentos e desafiado o imaginário social que naturaliza os lugares sociais estigmatizados e subalternizados destinados às mulheres negras.

A tradução do livro de Oyèrónkẹ́ **Oyěwùmí** (1997/2021), publicado originalmente em 1997, contribui sobremaneira para o questionamento sobre a universalidade da categoria mulher e o uso da categoria gênero em outros contextos, além de se constituir como uma crítica à

concepção biológica ocidental. O diálogo entre os feminismos negros e decolonial são constantes, ainda que não haja espaço e tempo para explorar essa relação de maneira apropriada.

Há uma diferença geracional significativa entre as feministas negras no Brasil, que se revela em vários níveis da análise, pois constatamos os avanços ao olhar para o campo de luta que envolve a linguagem, a gramática racial e de gênero na análise das desigualdades interseccionais e da denúncia ao eurocentrismo das referências bibliográficas feita pelas gerações mais jovens. Entretanto, essas mesmas gerações desconsideram as diferenças históricas, reduzindo as distâncias entre o Brasil e os Estados Unidos.

4. Conceitos, epistemologias e perspectivas feministas negras

Desde 2002, o campo acadêmico do feminismo negro no Brasil tem se expandido e isso pode ser constatado por meio do número de pesquisas acadêmicas (TCCs, dissertações, teses e artigos) e de intervenções políticas articuladas pelas mulheres negras. Patricia Hill **Collins** (1990/2019) propõe cinco pontos fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; e 5) a política sexual.

Do ponto de vista da produção acadêmica, a referência ao lugar de fala, expressão cunhada por Djamila Ribeiro (2017) na construção e análise, que remonta às contribuições já existentes sobre conhecimento situado, posicionalidade e teoria do ponto de vista, tem sido uma demanda constante. A referência à expressão “o Lixo vai falar”, cunhada por Lélia Gonzalez, no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, mencionado anteriormente é um exemplo paradigmático da disposição em falar de um lugar subalternizado socialmente, rompendo com a lógica de subalternização, desconhecimento, ignorância, pois, afinal, o lixo não fala. É evidente que tal proposição além de tensionar a relação poder/saber presente na colonialidade, representa uma virada, no sentido da subversão de um ordenamento colonial racial e de gênero endereçado à transformação do objeto de pesquisa em sujeito ou sujeita da pesquisa.

O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé **Crenshaw** inicialmente em 1989, é reconhecidamente uma contribuição feminista negra que se tornou popular no Brasil nos últimos 10 anos. A publicação do livro “Interseccionalidade”, de Carla Akotirene (2019), difundiu o conceito entre as gerações mais jovens dentro e fora da academia. Da perspectiva brasileira, há uma reclamação da contribuição de Lélia Gonzalez na genealogia do conceito e, mais importante, há uma interpretação que emerge da cosmogonia religiosa afro-brasileira, que destaca a importância da encruzilhada e do orixá Exu para a comunicação entre os mundos. Desse modo, a encruzilhada não é vista somente como um ponto de intersecção entre categorias de opressão, mas também um espaço importante para articulações e emancipação entre os oprimidos.

Alguns conceitos fundamentais emergiram da produção feminista negra brasileira, entretanto, em razão dos limites deste verbete, destaco apenas os conceitos

de “amefricanidade”, formulado por Lélia Gonzalez nos anos 1980, e de “escrevivência”, elaborado por Conceição Evaristo. Ambos constituem ferramentas teórico-políticas fundamentais para compreender as relações entre dor, resistência e memória, assim como oferecem importantes subsídios para a definição de uma epistemologia feminista negra.

Por meio desses conceitos, articulam-se duas questões centrais da produção acadêmica feminista negra: a experiência como ponto de partida e força propulsora da reflexão teórica; e a memória produzida pelas violências do racismo, inscritas no cotidiano das comunidades negras. Nessa perspectiva, a experiência vivida não se limita a um relato individual, mas converte-se em fonte de produção de conhecimento e de elaboração crítica da realidade social.

O conceito de amefricanidade tem sido recuperado como um marco importante de ruptura teórica feminista negra no Brasil, pois, ao propor uma unidade baseada fundamentalmente na experiência colonial que produziu os sujeitos negros e indígenas, Gonzalez propõe uma ruptura importante com a lógica colonial moderna, já que o uso desse termo permitiria superar limitações territoriais, linguísticas e ideológicas, construindo, de certa forma, uma unidade política entre os sujeitos negros e indígenas nas Américas.

Nessa direção, Gonzalez (1988/2020) afirmou que a categoria analítica da amefricanidade permite recuperar os processos históricos de uma perspectiva afrocentrada, destacando as resistências, adaptações e criações de novas formas culturais. A autora destaca que o conceito está relacionado ao panafricanismo e a negritude, isto é, categorias que expressam uma identidade formulada a partir da experiência histórica compartilhada de opressão colonial e do racismo, unindo populações negras diaspóricas e africanas na busca por emancipação e autodeterminação.

Autoras contemporâneas têm elaborado críticas contundentes à linguagem, enfatizando sua dimensão hierárquica, racista e colonial. Grada **Kilomba**, em seu livro “Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano”, de 2019, observa que a linguagem, por mais poética que pareça, não é neutra. Essa dimensão crítica da linguagem colonial já estava presente na reflexão de Gonzalez desde 1988, quando publicou originalmente o texto “A categoria político-cultural de amefricanidade”, ao questionar o modo como permanecemos submissos à linguagem racista construída no contexto colonial. Nesse sentido, a criação da categoria amefricanidade representou um giro decolonial, pois rompeu com o vocabulário e as categorias coloniais.

Do mesmo modo, o conceito de escrevivência, de Conceição **Evaristo** (2020), destaca a relação entre a experiência individual e coletiva na produção de narrativas insubordinadas de sujeitos e sujeitas negras. Nós empregamos o conceito de escrevivência e temos utilizado a experiência como mola propulsora da reflexão feminista negra, que se torna particularmente importante, pois permite recuperar a dimensão da dor, da resistência e da memória. Evaristo considera que a escrevivência é um ato, uma forma de escrita em que o sujeito da escrita, escreve para si mesmo, sendo sua própria realidade ficcional. Mas ao escrever sobre si, expressa a experiência de vida e histórias que estão ao seu entorno.

Nesse sentido, trata-se de analisar as histórias vividas por cada um de nós que se conectam com outras experiências vividas pelas mulheres negras. A produção de Evaristo responde de maneira absolutamente contrária à criação de estereótipos raciais presentes na

literatura brasileira, em que as mulheres negras são apresentadas como submissas, interesseiras e sexualmente perigosas.

Por fim, gostaria de concluir destacando o conceito de Epistemologia Insubmissa Feminista Negra (Figueiredo, 2020). Em primeiro lugar, é importante destacar que um dos aportes do feminismo é exatamente criticar uma visão androcêntrica da ciência, que retira das mulheres o direito de ser sujeita da produção do conhecimento. Em que pese essa importante contribuição, a ênfase da contribuição feminista é colocada na posição de quem produz o conhecimento e não daqueles que são os objetos do conhecimento. A epistemologia insubmissa faz coincidir as sujeitas que produzem conhecimento e aqueles que se constituem objeto da investigação, mas que preferimos chamar de sujeitos que protagonizam a investigação ou de interlocutoras.

A posicionalidade e o ponto de vista negro têm emergido com mais força à medida em que a universidade, desde 2002, tem se tornado mais inclusiva devido a adoção de políticas afirmativas. Do ponto de vista epistemológico, há um realinhamento sobre as questões que devem ser investigadas, tornando-as cada vez mais próxima daquilo que Guerreiro Ramos definiu como “negro vida”, já que a identificação dos problemas a serem investigados tornam-se mais próximos do universo empírico dos pesquisadores. A pesquisa realizada tem sido cada vez mais uma investigação que busca oferecer respostas aos problemas enfrentados pelas comunidades. É desse modo que a violência perpetrada pelo Estado ganha especial destaque, além dos inúmeros aspectos relacionados a resistência.

Collins (1990/2019) enfatiza o ponto de vista das mulheres negras como um “privilégio epistêmico”, dado o lugar que ocupa na estrutura social. A autora também destaca a importância da epistemologia em determinar as questões que merecem ser investigadas e quais os quadros analíticos e interpretativos através dos quais o conhecimento será elaborado.

Nesse sentido, uma epistemologia insubmissa é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando as sujeitas, que ora estiveram à margem, no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, posicionando a mulher negra no centro da produção.

5. Desafios e agendas futuras

São muitos os desafios de uma agenda feminista negra em uma sociedade que exclui sistematicamente mais da metade da população. Por esse motivo, realizei um recorte na escolha dos temas que tem ocupado a cena acadêmica, política e social. Dentre os pontos tratados, gostaria de destacar a importância do problema da violência contra as mulheres e da baixa representação das mulheres na política.

É importante aprofundar o diálogo com o transfeminismo, sobretudo porque a experiência das mulheres negras não pode ser compreendida sem considerar as diferentes formas pelas quais gênero, raça, classe, sexualidade e cisnormatividade organizam hierarquias e distribuem desigualmente reconhecimento, proteção e acesso a direitos. As contribuições de intelectuais e ativistas negras trans têm provocado uma ampliação importante do campo feminista negro, ao questionarem concepções universalizantes de mulher e ao evidenciarem

que a própria categoria gênero é atravessada por regimes raciais, coloniais e cisnormativos. Nesse sentido, o transfeminismo não constitui uma agenda externa ao feminismo negro, mas um campo de interlocução capaz de radicalizar algumas de suas formulações históricas sobre corpo, violência, trabalho, cidadania e produção da diferença.

O empreendedorismo para mulheres negras é um tema complexo e controverso. Entendemos que há o reconhecimento histórico do potencial e da experiência das mulheres negras na comercialização de produtos. Oyèrónke Oyěwùmí sublinha a importância dos mercados para as mulheres africanas. Abordagens historiográficas no Brasil têm destacado a existência de mulheres negras comerciantes desde o período colonial. Atualmente, existem dois discursos sobre o tema: aqueles que promovem o afroempreendedorismo e acreditam na emancipação das mulheres negras por meio do incentivo à abertura e condução de seus próprios negócios; enquanto outros, embora reconheçam que o empreendedorismo tenha sido historicamente utilizado pelas mulheres negras, receiam que o empreendedorismo seja essencialmente um modo de enfrentar o desemprego. A principal preocupação dessa perspectiva é a completa ausência de direitos trabalhistas e de uma perspectiva neoliberal presente no discurso do “faça por você mesmo”.

Se a demanda de movimentos negros em períodos anteriores era para a inserção dos negros na sociedade de classe, isto é, no sistema capitalista, a demanda das mulheres negras se constitui como uma ruptura, já que a reivindicação contida na carta das mulheres negras é por uma total transformação da ordem social racista, colonial, patriarcal e sexista existente no país. Dentre as demandas da primeira carta, as mulheres negras propõem: direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade racial; direito ao trabalho; direito à educação; direito à justiça; direito à moradia, à terra e à cidade; direito à segurança pública; e direito à cultura. A carta denunciou a falência do projeto civilizatório implementado no Brasil. A segunda marcha exige Reparações e Bem Viver, um projeto que se articula de maneira totalmente revolucionária, criticando o capitalismo racializado que exclui e marginaliza a maioria da população. As articulações e debates propostos estão relacionados a uma transformação radical do nosso modelo de sociedade. As mulheres negras estão buscando construir outro projeto de sociedade. Uma sociedade em que a relação com a natureza não seja somente de exploração e onde a vida possa valer mais do que o lucro, e que seja orientada por valores coletivos que respeitem a vida.

As contribuições de Rosália **Lemos** (2016) e Maísa **Vale** (2020) são determinantes para a compreensão sobre os processos de articulação das marchas e das organizações de mulheres negras. Enquanto o “Manifesto Político das Mulheres Negras do Brasil: O Pacto do Bem Viver e as Eleições de 2026”, lançado pela Articulação de Mulheres Negras Brasileira (ANMB) no dia 26 de agosto, em Brasília, propõe a emancipação e cidadania plena, colocando as mulheres negras no centro do processo político como cidadãs, eleitoras, lideranças e candidatas, as mulheres negras exigem reparação histórica e propõem a construção de um sistema político focado no Bem Viver, com justiça, equidade, solidariedade e vida digna no centro das decisões e da formulação de políticas públicas efetivas. A demanda das mulheres negras é para exterminar as desigualdades raciais em prol da justiça social, sublinhando a relação efetiva entre os termos democracia, reparação, justiça racial e bem viver.

6. Referências bibliográficas

Movimento de mulheres negra e feminismo negro

- Bairros, Luiza. (1995). Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458-463. <https://doi.org/10.1590/%25x>.
- Bairros, Luiza. (2012). Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros, Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 833-850. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300012>.
- Carneiro, Sueli. (2020). *Escritos de uma vida*. Editora Jandaíra.
- Collins, Patricia Hill. (2019). *Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Editora Boitempo. (Obra original publicada em 1990)
- Davis, Angela. (2016). Mulheres, raça e classe. Editora Boitempo. (Obra original publicada em 1981)
- Domingues, Petrônio. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, 12(23), 100-122. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>.
- Figueiredo, Angela. (2023). Feminismos Negros. In Flávia Rios, Márcio André Santos & Alex Ratts (Eds.), *Dicionário das relações étnico raciais contemporâneo* (1ª ed., pp. 148-153). Editora Perspectiva.
- Gonzalez, Lélia. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaaios, intervenções e diálogos* (Flávia Rios & Márcia Lima, Eds.). Zahar. (Originalmente publicado em 1988).
- Moreira, Núbia Regina. (2011). *A organização das feministas negras no Brasil*. Edições UESB.
- Ribeiro, Matilde. (1995). Mulheres negras: De Bertogá a Beijing. *Estudos Feministas*, 3(2), 446-457. <https://doi.org/10.1590/%25x>.
- Rios, Flávia, & Maciel, Regineire. (2018). Feminismo negro em três tempos: mulheres negras, negras jovens ativistas e feministas interseccionais. *Labrys, études féministes*, (1), 120-140.
- Conceitos e epistemologias feministas negras
- Evaristo, Conceição. (2020). A Escrivência e seus subtextos. In Constância Lima Duarte & Isabella Rosado Nunes (Eds.), *Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26-47, Goya Lopes, Ilust.). Mina Comunicação e Arte.
- Figueiredo, Angela. (2020). Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, 12(29), 1-24, e0102. <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>.
- Oyèwùmí, Oyèrónkẹ́. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (1ª ed.). Editora Bazar do Tempo. (Obra original publicada em 1997)
- Ribeiro, Djamilá. (2017). *O que é lugar de fala?* Editora Record.
- Sousa, Elaine Borges, Figueiredo, Angela. (2023). Branca é lésbica e preta é sapatona: oh o erro?! Um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro de Salvador/BA. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 8(4), 6-27. <https://doi.org/10.9771/cgd.v8i4.51679>.
- Feminismo negro digital
- Araújo, Daila. (2017). *Ciberativismo como estratégia política: um estudo sobre grupos de mulheres negras crespas e cacheadas no facebook e em Salvador/BA* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35757>.
- Lima, Dulci. (2024). *Feminismo negro nas redes sociais*. Editora Mireveja.
- Interseccionalidade, gênero, raça, sexualidade e saúde
- Akotirene, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Góes, Emanuelle. (2018). *Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38084>
- Gomes, Nilma Lino. (2006). *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Editora Autêntica.

- Mori, Natalia, Bernardino-Costa, Joaze, Fleischer, Soraya, Figueiredo, Angela, & Cruz, Tânia. (2011). *Tensões e Experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria.
- Saunders, Tania L. (2017). Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Periódicus - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, 7(1), 102-116. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i7.22275>.
- Silva, Ariana Mara. (2017). Lésbicas negras: identidades interseccionais. *Periódicus - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, 7(1), 117-133. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i7.21673>.
- Marcha das mulheres negras
- Lemos, Rosália de Oliveira. (2016). *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras- 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas* [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da UFF. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23551>.
- Vale, Máisa Maria. (2020). *A Marcha de Mulheres Negras a Brasília: o que a Teoria Feminista Negra tem a ver com isso?* [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40176>.

VER TAMBÉM:

Racismo | Interseccionalidade | Colonialismo | Mestiçagem | Colonialidade | Negritude

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Figueiredo, Angela. (2026). Feminismos negros. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.027.